

# AMBIENTE, CULTURA E SOCIEDADE: O ESPAÇO DA UNIVERSIDADE

*Luiz Botelho Albuquerque\**

## **resumo**

Na oportunidade em que a Universidade Federal do Piauí completa 25 anos, apresentamos breve comentário a respeito de idéias sobre universidade e suas interações com a cultura vigentes em nossa comunidade. Com este trabalho objetivamos contribuir para a análise das interações entre ambiente, cultura e sociedade e oferecer elementos para avaliar o impacto da atuação da UFPI nesta região. Este trabalho discute a origem da instituição Universitária; os processos através dos quais ela chegou ao Brasil; a maneira como elas refletem a configuração das universidades no Brasil contemporâneo; a situação da Universidade no Piauí, e aponta algumas perspectivas de futuro.

## **ORIGEM DAS UNIVERSIDADES**

A literatura especializada concorda em que uma multiplicidade de fatores espacial, cronológica e culturalmente diversos, concorreram para o surgimento da instituição que hoje conhecemos como Universidade. Alguns autores (CANFORA, 1989; LANGER, 1984) identificam na Escola de Alexandria, criada no século III a.C., o protótipo das universidades. Esta Escola, também conhecida pela sua Biblioteca

\*Professor do Programa de Mestrado em Educação - UFPI

e Museu, possuiu seguramente a maior coleção de livros da antigüidade, junto à qual se encontrava um notável museu, o qual servia de laboratório a um grande centro de estudos e pesquisas que podem ser caracterizados como científicas; além destes serviços havia, num bairro construído especificamente para esta finalidade, toda a infra-estrutura necessária para residência e trabalho de um numeroso grupo de cientistas e pessoal de apoio. Alexandria, com sua biblioteca, seu museu e seus cientistas foi o centro cultural e científico mais importante da antigüidade; foi montado para fundamentar científica, tecnológica e culturalmente o projeto de expansão imperial grego-macedônio sob a liderança de Alexandre. Este centro cultural permitiu efetivamente a sistematização do saber existente e propiciou notável desenvolvimento científico em áreas como a filosofia, matemática, geometria, geografia, astronomia, e medicina. Do ponto de vista tecnológico, ajudou no mapeamento de territórios e no estabelecimento de rotas comerciais; favoreceu a pesquisa em metais, o desenho de barcos e armas. Enquanto centro de estudos Alexandria criou várias facilidades que até hoje estão associadas às Universidades, tais como laboratórios, observatórios, bolsas de estudo, pesquisadores visitantes, acúmulo e sistematização de documentação científica e práticas organizadas de pesquisa. Em decorrência de todos estes fatores, a Escola, Biblioteca e Museu de Alexandria podem ser consideradas como o precursor remoto das Universidades. A gloriosa ambição que presidiu a origem, e o dramático destino final da Biblioteca de Alexandria, parecem sinalizar o porvir, por vezes brilhante, por vezes catastrófico, das futuras universidades.

Ainda na antigüidade, existiram várias escolas voltadas para a formação de adultos em um nível que podemos considerar como de ensino superior. Pesquisa recentes têm trazido à luz que, no âmbito de Constantinopla; na Pérsia; e mais longe, na Índia, Coréia, China e Japão, funcionaram importantes instituições de ensino, vinculadas ou não a igrejas, que produziram e socializaram conhecimento em grande número de áreas de conhecimento; é apenas a nossa dificuldade de relacionamento com outras culturas que impede de reconhecer a validade destas experiências.

As universidades, com o perfil que hoje conhecemos, surgiram

na Europa ocidental, nos séculos XII e XIII, principalmente nas regiões que hoje compreendem a Itália, a França, passando à Espanha, Inglaterra e Portugal, e gradualmente se expandiram para o norte e o leste europeus. Originaram-se da evolução das escolas episcopais, ligadas às catedrais, implicando portanto um contexto urbano e de nível superior àquele encontrado nas escolas do meio rural. Já a partir do século XIII era corrente o termo *STUDIUM GENERALE* para descrever a nova instituição escolar, que se aproximava das idéias que hoje temos de universidade, e que na época significava uma instituição que recebia estudantes de muitas regiões, e oferecia cursos de nível superior, sendo assim distinta de uma mera escola ou seminário (JANOTTI, 1992; ULLMAN & BOHNEN, 1994).

Nas suas origens as universidades tiveram como referência os fatores de ordenação, estabilização e coesão da sociedade da época, a saber: o monopólio do poder sagrado pelo Papado, o monopólio do poder temporal pelo Imperador e, gradualmente, o estabelecimento do monopólio da instrução superior pela então nascente universidade. Neste sentido e naquela época, as universidades tiveram o papel de, através do conhecimento, fazer a articulação entre o poder temporal e o poder sagrado, mediação operada através do atendimento às necessidades intelectuais de legitimação dos poderes papal e imperial. A estratégia empregada pela Universidade consistiu numa série de alianças, ora com o papado, ora com o império, noutros momentos com o governo das cidades, de modo a consolidar sua existência institucional, a manutenção e ampliação de seus privilégios (VERGER, 1990).

Dentre as condições para o surgimento das universidades na Europa destacam-se o renascimento urbano ocorrido a partir do século XII, o qual trouxe profundas implicações políticas e culturais, dentre as quais se destacam uma nova divisão do trabalho urbano, baseada em um novo espaço cultural comum. Uma nova proposta pedagógica, a escolástica, é outro aspecto que influenciou a nova instituição e suas práticas, e que veio contrastar visivelmente com os antigos métodos de ensino empregados nas escolas monásticas. Além disso o renascimento cultural (propiciado pelo contato com o conhecimento gerado pelas civilizações Islâmica, Bizantina, Grega e Hindu, e veiculado na Europa

pelos intelectuais e escolas árabes) teve importância central neste processo. O fato individual mais marcante ligado ao surgimento das universidades talvez tenha sido o nascimento do intelectual, urbano, profissional, como um tipo sociologicamente novo (LE GOFF, 1993). Este intelectual gradualmente foi se distinguindo dos demais trabalhadores, inclusive daqueles outros trabalhadores intelectuais, e se constituindo numa corporação que procurava se aproximar da nobreza, a partir de privilégios e isenções conseguidas seja da Igreja, seja dos centros de poder das cidades ou reais.

A universidade e seu corpo de intelectuais foram marcados, desde a origem, por algumas contradições, como por exemplo aquelas da remuneração do trabalho docente, as decorrentes da dificuldade de financiamento, e os conflitos de autoridade. As questões colocadas pela remuneração docente, excelentemente comentadas por VERGER (1990) e LE GOFF (1993), relacionavam-se às concepções de saber e conhecimento então vigentes. O saber, entendido como dom divino, não poderia ser objeto de comércio. O professor, assim era forçado a procurar sua manutenção material em benefícios e sinecuras concedidas pela Igreja ou pelas cidades. O trabalho docente, por outro lado, poderia ser pago, desde que entendido como um trabalho como os outros tipos de atividade profissional, identificação que não interessava aos intelectuais universitários da época. As dificuldades financeiras, por outro lado, atingiam duramente os alunos, obrigados a custear despesas de manutenção, os livros, os exames e a remuneração dos professores. Finalmente, os conflitos de autoridade entre os poderes locais, estatais e religiosos marcaram a história das Universidades das origens até os dias de hoje. A construção da autonomia universitária foi um processo secular, que envolveu múltiplas negociações, e que, tudo indica, ainda está em curso no final do século XX.

O conjunto dos fatores acima aludidos fez da universidade europeia uma instituição articulada com a sociedade de seu tempo, atuando como vetor de aceleração de transformações tecnológicas, de mudança de atitudes face ao conhecimento e à natureza, e também como agente recuperador do conhecimento do passado e elaborador do conhecimento novo. Outro aspecto importante que resultou da criação

e do funcionamento das universidades, relaciona-se ao papel profissional dos intelectuais professores que nela atuavam, seu recrutamento e sua inserção social. Estes, como já foi comentado acima, passam a se distinguir dos demais trabalhadores, em particular dos trabalhadores manuais, a participar de formas novas de poder e prestígio, e, ao longo do processo, a se distinguir até mesmo dos demais intelectuais ativos em outros espaços culturais que não a universidade, dando origem à mentalidade universitária e ao corporativismo acadêmico. Gradualmente o intelectual universitário medieval evolui para um novo tipo sócio-profissional, o humanista, através de um processo de mudanças que é acelerado pelo alargamento do espaço de influência das universidades e pelo impacto positivo da imprensa na divulgação do conhecimento novo (LE GOFF, 1993).

O crescimento do número de universidades e de universitários, e a expansão geográfica da instituição, contribuíram para a redefinição e o enriquecimento dos seus modelos originais, o que implicou relações novas com os poderes das cidades, dos estados e da igreja católica. A crise que levou ao nascimento das confissões protestantes no século XVI ampliou ainda mais os efeitos de diversificação, sendo notável o fato que hoje, ao cabo de oito séculos de evolução e funcionamento contínuos, as universidades tenham mantido uma identidade própria, e tenham, principalmente, construído uma perspectiva de futuro que pode ser definida como a da unidade na diversidade. O desenvolvimento das universidades no âmbito da civilização ocidental a partir do século XVI, e sua posterior expansão em territórios de outras antigas civilizações tais como a Índia, China, e Japão, evidenciam a vitalidade desta instituição, que hoje, ao que parece, se encontra associada ao futuro da civilização da humanidade.

Trataremos a seguir, e muito resumidamente, da universidade em Portugal e de sua transposição ao Brasil, e, no devido tempo, de sua instalação no Piauí. A respeito deste processo é oportuno lembrar que muitos autores reclamam (com razão) uma vinculação da universidade brasileira ao modelo francês, enquanto outros identificam nela uma marcante influência dos modelos norte americanos. Nossa opção por uma filiação lusitana justifica-se em termos da continuidade do sistema

educacional português no brasileiro, articulação que se prolongou além do episódio da independência, e que foi reafirmada durante muito tempo através da formação das nossas elites em Coimbra.

## UNIVERSIDADE EM PORTUGAL, SUA TRANSPOSIÇÃO PARA O BRASIL E SUA INSTALAÇÃO NO PIAUÍ

A Universidade portuguesa foi criada por D. Diniz em 1290, num momento em que Portugal se mostrava receptivo às influências européias, incorporando novos padrões culturais e incrementando as relações comerciais. Entretanto parece a JANOTTI (1992) que Portugal partiu para o descobrimento do mundo antes de haver completado o descobrimento cultural da Europa, com o que o seu empreendimento universitário ficou seriamente prejudicado. Portugal, embora tenha fundado muito cedo a sua universidade, não participa criativamente do desenvolvimento destas instituições e, conseqüentemente, não recebe delas os vetores de atualização e renovação culturais que vão beneficiar os demais países. Esta falta de articulação contribuiu na manutenção de formas arcaicas de organização econômica, social e cultural, uma defasagem que bloqueou o desenvolvimento lusitano e parece haver sido transplantada para o Brasil através da colonização e com os mesmos resultados funestos. A Universidade em Portugal teve uma trajetória inicial marcada pela incerteza e instabilidade. Localizou-se em vários pontos do território, acompanhou a corte em seus deslocamentos, e teve vários períodos de funcionamento interrompido.

No Brasil a universidade seguiu o destino de sua matriz lusitana, sendo conseqüentemente forçada a um papel diferente daquele das demais universidades européias. O sistema educacional brasileiro, ao longo de todo o período colonial, passando pelo império e chegando à república, se desenvolveu precariamente, sendo raros os letrados e raríssimos os cientistas; até 1808 não havia aqui universidade nem mesmo ensino superior. As práticas pedagógicas aqui empregadas enfatizavam o ensino através da memorização, o pouco contato com os textos originais, o respeito à autoridade do professor; muito pouca atenção era

dada à capacidade de crítica inteligente dos alunos, à pluralidade de visões do mundo, ou ao contato direto com os objetos de estudo.

Os primeiros cursos superiores se instalaram no início do século XIX, e a discussão sobre a Universidade Brasileira se arrastou por todo o Império e Primeira República. Este processo, notável pela extensão e pela quantidade de propostas não implementadas, é excelentemente discutido por BARROS (1986). Nele se verificam as divergências entre os projetos Católico-Conservador, Liberal e Cientificista, aguçadas pelo conflito de interesses entre a tendência centralizadora da autoridade imperial e a procura de autonomia das províncias. Os pontos de conflito são exemplificados pelas mentalidades conservadora (centrada na religião como fonte dos valores éticos), liberal (orientada para o Direito como origem dos valores) e a cientificista (voltada para as ciências e a educação, e derivando seus valores do Positivismo), e evidenciam o poder da Igreja Católica em impedir a instauração das instituições liberais e laicas. O resultado líquido destes conflitos foi o atraso da instalação da Universidade no Brasil, com as conseqüências que todos hoje lamentamos.

Aspecto relevante vinculado à questão das mentalidades é a sua análise sociológica, a qual é discutido por LIMA (1983). Este autor chama a atenção para o fato que, no Brasil, o intelectual historicamente tem ganho reconhecimento mais em decorrência de suas ações com objetivo ético-político (tais como as lutas em favor das transformações sociais progressistas), do que pelo exercício de atividades intelectuais típicas. Muitas vezes este ator social - o intelectual - não tem uma concepção clara a respeito das atividades especificamente intelectuais, seja no campo das artes, seja no campo das ciências, fato que o leva a ignorar ou mesmo a hostilizar aquelas ações fundados explicitamente em campos que não o ético-político. Por causa destes fatores desenvolveram-se aqui atitudes de rejeição à erudição, vista apenas em seu aspecto alienante. A alta cultura foi por muito tempo entendida como mera decoração superestrutural, mecanicamente determinada pela base econômica. A hostilidade à atividade intelectual faz com que sua representação se dê quase sempre em termos pejorativos. Neste ambiente os discursos (sejam verbalizados, sejam escritos) são dirigidos

à momentânea empolgação dos auditórios, nunca à análise rigorosa do fenômeno sob estudo. Na Universidade esta situação tem levado ao paradoxo de a cultura de base propriamente científica ser hostilizada ou ignorada em favor da cultura de base ético-política, em situações em que o mérito é propriamente científico.

Uma outra dificuldade vigente em nosso meio é representada pela maneira como aqui nós temos tratando o nosso subdesenvolvimento. Estamos fazendo aqui aquilo que LIMA (1991) chama de tentativa de suprir uma deficiência da realidade por meio de declarações. Ao invés de atacar o problema, nós nos dedicamos a fazer declarações a respeito do mesmo, isto é, queremos através de atos oficiais e documentos formais, transformar em realidade a situação, competência ou estrutura que efetivamente não possuímos; este comportamento significa a manutenção de uma relação mágica com as palavras. O mesmo autor chama ainda a atenção para o fato de que, nas coisas da cultura e do intelecto, reina entre nós a tendência a improvisar, não como decorrência do domínio magistral das regras do jogo do saber, mas como consequência de sua ignorância.

A invenção da imprensa teve um notável impacto transformador nas práticas pedagógicas e na própria trajetória da educação na civilização ocidental. Através das possibilidades criadas pela imprensa, os livros difundiam o conhecimento novo em velocidade e em quantidade nunca antes imaginada, liberando a inteligência e o tempo dos alunos das cansativas tarefas de memorização. A informação tornava-se mais e mais acessível; as novas técnicas de fabricação de papel e tintas tornaram o conhecimento novo imediatamente disponível.

Do ponto de vista pedagógico, até a invenção da imprensa a aprendizagem se dava fundamentalmente por memorização dos textos clássicos. Mesmo nas universidades do século XIII e XIV o mestre possuía o (muitas vezes único) texto autorizado, partes do qual eram apresentadas e discutidas a cada aula. Os alunos tomavam notas mas principalmente memorizavam a versão ortodoxa do conhecimento, já que os custos de um manuscrito original estavam fora do alcance dos estudantes. Em consequência deste processo pedagógico, entre mestres e alunos se estabelecia um relacionamento baseado no compromisso



da preservação da verdade estabelecida; nele a oralidade e a persuasão tendiam a aproximar o discurso a respeito da realidade da própria realidade, confundindo-as.

No Brasil, por conta da maneira como foi instalado o sistema educacional, prevaleceram os procedimentos e métodos da pedagogia da oralidade. Os efeitos da imprensa não se fizeram sentir durante os primeiros séculos de nossa história, e só muito gradual e timidamente a palavra impressa passou a servir para veicular as idéias. É neste processo equivocado que identifico as origens das dificuldades que hoje enfrentamos na montagem e uso das bibliotecas e no exercício da escrita enquanto produção e expressão intelectual, cultural e científica, com enorme impacto negativo sobre as práticas escolares e acadêmicas, baseadas no domínio competente destas técnicas.

No plano local, os problemas tradicionalmente mais importantes eram a questão da seca, a desarticulação do Piauí com os mercados regionais e nacionais (por falta de meios de transporte e comunicação), o predomínio da população rural à base de uma tecnologia agrária atrasada, a fragilidade do setor urbano industrial, a precariedade da estrutura de administração e governo, o baixo nível de educação escolar da maioria da população, a descontinuidade das políticas públicas, e a insuficiência do processo de acumulação de capital. A participação do Piauí nas trocas econômicas regionais foram sempre muito desiguais, dadas as características da produção local (majoritariamente oriunda do extrativismo vegetal, de muito baixo valor). Os principais produtos locais (cera de carnaúba, óleo de babaçú, couros, arroz, algodão, milho, feijão, etc) não tinham escoamento nem competitividade, situação que se agravou após o término da 2ª guerra mundial.

A partir dos anos 50, entretanto, as políticas nacionais de eletrificação (Usinas de Paulo Afonso e Boa Esperança), de industrialização por substituição de importações, de instalação da indústria automobilística e de abertura de estradas, forçaram o surgimento de um mercado nacional integrado, com a conseqüente ruptura do nosso isolamento. Estes eventos tiveram conseqüências diversas. Por um lado melhoraram o contato com o sul do país, mas por outro, levaram ao abandono do Rio Parnaíba como eixo de escoamento da produção

agrícola e como articulador cultural das populações do Maranhão e Piauí, e principalmente, contribuíram para consolidar a nossa dependência com relação aos centros nacionais mais avançados.

Estes fatores motivaram o desenvolvimento da idéia da criação de uma universidade no Piauí, capaz de dar conta da interpretação e da intervenção inteligente na região. O aspecto no meu entender mais notável é a compreensão evidenciada do papel do conhecimento como propulsor das ações. O reconhecimento das limitações da ação política tradicional parece ter sido um dos motivos mais fortes para a procura da solução universitária.

Parece que, como é comum nas traduções literárias e no transplante de instituições culturais, ocorreram sérios problemas de compreensão e adaptação da instituição universitária ao Brasil. Além de tempo, perdemos muitos aspectos importantes da instituição na matriz, os quais foram aqui substituídos por soluções de qualidade pior que as formas originais. A transposição do padrão europeu não se completou integralmente, ou se deu de forma precária, com graves conseqüências para todo o nosso desenvolvimento cultural posterior.

Dentre estas conseqüências que nos afligem contemporaneamente destaca-se a de que no conjunto do empreendimento educacional nacional, embora cercados de teorias e métodos que a si mesmos se definem como revolucionários, nos debatemos ainda com problemas elementares de alfabetização e produção intelectual e científica. A oralidade permanece como um dos eixos da pedagogia; a memorização ainda é uma forma viva de procedimento educativo. Os efeitos da imprensa (esta preciosa instituição cultural velha de mais de 500 anos) no cotidiano escolar são mínimos. Nossas instituições, especialmente as universitárias, são desprestigiadas porque nos habituamos a vê-las como meras cópias degeneradas. Nosso intelectual tende a se legitimar pela participação na vida política, única capaz de lhe conferir visibilidade.

Neste contexto, a criação da universidade me parece uma destas primeiras e indispensáveis medidas práticas de superação do quadro de atitudes e comportamentos que criticamos acima. A universidade significa um amadurecimento institucional das antigas faculdades, um

esforço de transformação qualitativa voltado claramente para a produção de conhecimento e para a formação de quadros técnicos e científicos capazes de intervir na realidade através da ação propriamente acadêmica que é a produção e socialização do saber. Significa também e fundamentalmente um esforço de superação de nosso próprio atraso. O resultado mais marcante destas transformações é o crescimento da comunidade de mestres e doutores da UFPi, com a conseqüente elevação do nível da qualidade do trabalho docente no ensino de graduação, nas atividades de extenso, no ensino de pós-graduação e na pesquisa.

Estas transformações são reconhecidamente lentas pois implicam num processo de formação de pessoal acadêmico e técnico científica. O ideal seria já começar-mos a UFPi com 1.000 doutores. Entretanto isto não se deu assim; tivemos e temos ainda que forma-los através de um processo longo, trabalhoso e caro. E é assim por que não pode ser de outra maneira. Nesta área de formação de recursos humanos da mais alta qualificação não existem milagres nem atalhos. A formação implica mudança de atitudes e valores, aquisição de habilidades e técnicas, e integração a uma comunidade internacional caracterizada fundamentalmente pela exigência de qualidade.

A Universidade, onde quer que se organize autonomamente, se define como uma instituição que cultiva a convivência informada da diversidade dos saberes, operacionalizada na flexibilidade intelectual, na tolerância e na ausência de dogmatismo, valores estes contrastados e temperados pelo rigor na análise dos trabalhos e pela exigência de consistência e coerência dos enunciados. São também critérios centralmente importantes na avaliação do trabalho acadêmico a qualidade e a relevância social e científica da produção intelectual e técnica realizada na universidade.

A Universidade existe também num tempo e lugar particulares, estando sujeita portanto a múltiplas influências (não determinações) de natureza econômica, histórica, política, social, ecológica, cultural, entre outras. Assim, a crítica responsável e conseqüente, deve levar em conta essa multiplicidade de fatores que, em graus variados, influenciam o perfil e o desempenho das universidades.

As ciências, e em particular as ciências sociais, requerem que

o mais rigoroso escrutínio no domínio simbólico se volte também e principalmente contra o próprio agente da análise, além de exigir o rompimento das adesões grupais (principalmente de seita) do cientista. O objetivo destas limitações auto impostas é o distanciamento crítico, a lucidez, a clareza; é evitar os enunciados e as construções que iludem seus próprios autores. Estes cuidados fazem com que inserção social do pesquisador não seja um obstáculo intransponível à cientificidade da pesquisa, mesmo no caso da pesquisa social.

Existe uma diversidade de interpretações sobre o papel das universidades: nas origens, como mediadoras das relações entre o Estado (representado pelo Sagrado Império Romano - ou o que havia sobrado dele) e a Igreja (representada pelo Papado); a seguir como agências de treinamento profissional; posteriormente como instrumentos de controle social; ainda como instituições sociais, como instrumentos do sistema dominante, e até mesmo exclusivamente como centros de pesquisa e ensino. Estas diferentes interpretações revelam que as Universidades escaparam do controle dos grupos que as haviam criado (fato que se verificou também no Brasil e no Piauí); e se constituíram em instituições culturais fundamentais da civilização ocidental.

Internacionalmente a universidade tem sido criticada como insatisfatória, inadequada, ineficiente, cara, inútil, e perigosa. Já em 1270, na França, as primeiras greves marcavam a tensão das relações universidade/sociedade, seguindo-se em 1381, na Inglaterra, as célebres manifestações violentas de conflito que culminaram com incêndios e depredações em Cambridge. Desde esta época historicamente recuada, o Estado, a Igreja, e as comunidades têm proposto diversas formas de controle sobre a universidade e tentado impor várias reformas, com o que se evidencia o conflito que assinalamos acima. Por outro lado, o conflito entre poder e saber, objetivado nas relações entre Universidade, Igreja e Estado, é marcado por ambigüidades e incompreensões, exemplificadas pelos conflitos e pelas concessões de privilégios e imunidades, que vão desde a isenção de impostos e serviço militar, ao consumo de pão especial, passando por especificações de vestuário e precedência hierárquica, financiamento e dotações variadas. Talvez os conflitos com o meio onde se situa, mais do que qualquer outro traço,

nos esclareça a respeito do papel das universidades e da construção histórica de sua identidade.

As universidades foram originalmente criadas por pessoas (estudantes e professores) que apreciavam o saber e as maneiras de produzi-lo e socializá-lo. Foram a seguir capturadas pelos poderes secular e sagrado, os quais chamaram a si o monopólio da sua criação, dotação financeira e controle. As universidades se caracterizam também por serem associações espontâneas e voluntárias de pessoas interessadas na produção e socialização do saber. A procura do saber, por sua vez, foi no passado e é atualmente o resultado de uma insatisfação intelectual criadora do acadêmico em relação ao seu meio cultural. As universidades, entretanto, desde suas origens têm apresentado resultados não antecipados, conseqüências imprevisíveis, e processos colaterais que, eventualmente, terminam por beneficiar alguma aspecto da sociedade ou do Estado. Muitas vezes as universidades têm sido valorizadas e apoiadas por conta do acaso destes resultados. Entretanto estes resultados e seu impacto no sistema produtivo ou nas organizações sociais não são os objetivos centrais da universidade.

A influência da Universidade na formação de recursos humanos para todas as instituições que empregam técnicas produtivas sofisticadas pode ser percebida já antes do século XV. As tarefas de gestão, controle, e planejamento, passaram a exigir um nível cada vez mais elevado de treinamento, conhecimento técnico e integração de informações complexas. A demanda por quadros qualificados cresceu exponencialmente com o desenvolvimento do capitalismo e a expansão colonial e manteve a velocidade de crescimento até os nossos dias, quando a transformação da base tecnológica da sociedade, especialmente com a automação e informatização, forçou um incremento na taxa de aceleração da demanda por pessoal qualificado, o que transformou a formação de pessoal em um virtual monopólio das universidades.

A universidade é hoje um conjunto muito grande e diversificado de instituições, realizando um elenco de atividades muito variado, todas, em princípio, definidas como centrais. Além disso as universidades são centros civilizatórios, focos de crítica social pertinente e local de

convivência informada de diversidade de orientações e pluralidade de idéias. Mantêm relações complexas e contraditórias com a sociedade e a cultura e têm uma identidade própria, que não se esgota na superioridade intelectual de seus quadros nem no exercício da racionalidade.

A explicitação de aspectos do projeto cultural das universidades muitas vezes aguça conflitos, embora a clareza seja indispensável. Elas não têm como objetivo central a salvação da humanidade nem o aperfeiçoamento do mundo. Aparentemente elas são indiferentes às necessidades quotidianas do homem e gastam recursos e tempo preciosos no desenvolvimento de atividades irrelevantes. Mas mesmo assim, parece compensador tentar domesticá-las e colocá-las a serviço do trabalho percebido como útil. Assim, a indiferença das universidades face aos problemas imediatos, somada à possibilidade de utilizá-las produtivamente tem sido a base da maioria dos ataques dirigidos contra a instituição, ataques nos quais se aliam grupos sociais de interesses tão díspares quanto empresários e militantes docentes.

Subjacentes a estes conflitos estão, evidentemente, teorias de sociedade e o papel nelas reservado à universidade. O cerne da divergência é a identidade da universidade, a qual tem se mantido secularmente com base em sua organização e em sua orientação intelectual específica. Assim os conflitos se explicitam na forma de ataques à academia desencadeados a partir de interesses externos que se apresentam fantasiados de tendências universitárias. Os ataques questionam a relevância do trabalho acadêmico, o qual é contrastado às necessidades práticas da sociedade e aos custos financeiros da instituição. A este tipo de ataque se soma a identificação da universidade a facções políticas ou religiosas que, dependendo do ponto de vista do acusador, são perigosamente revolucionárias ou reacionárias, por contraditório que isto seja. Nesta mesma linha as universidades são ainda identificadas como focos de privilégios e discriminação. A resistência da universidade, por sua vez, baseia-se fundamentalmente nas características de sua organização intelectual. Sua autonomia e autogoverno constituem a sua principal linha de defesa, a qual é reforçada pela pluralidade espacial, cultural, ideológica, política e

científica destas instituições.

Nos últimos anos o sistema brasileiro de ciência e tecnologia sofreu severas restrições e danos, como conseqüência das políticas (ou falta de) científicas das últimas administrações federais, levando à redução das atividades das agências e à descontinuidade de muitos programas. Problemas desta natureza ocorreram também em muitos outros países, entretanto a fragilidade dos quadros de pessoal e da infraestrutura de pesquisa nacionais multiplicou o poder desarticulador destas grandes reorientações políticas. No caso do Nordeste, dadas as históricas dificuldades da região, o impacto destrutivo foi particularmente severo e incidiu tanto sobre órgãos de pesquisa quanto sobre as universidades.

É neste quadro que a questão da formação de quadros para a produção de conhecimento ganha uma importância crítica. Aqui no Nordeste as questões de alfabetização e mortalidade infantil ainda são problemas centralmente importantes, e a acumulação de capital continua cronicamente deficiente. É aqui que a questão do desenvolvimento econômico e social e da superação da dependência tecnológica faz com que a sociedade lance sobre as universidades as mais fortes demandas. Ocorre que para atendê-las não basta o saber e as competências tradicionais. Considerando a situação do país, talvez gerações se passem antes que cheguemos a uma situação de qualificação docente satisfatória nas universidades brasileiras. Entretanto as ações de longo prazo são justamente aquelas onde não se tem um momento a perder, especialmente no caso da universidade no Piauí.

## CONCLUSÕES

Com este trabalho procuramos discutir a origem da instituição Universitária e os processos através dos quais ela chegou ao Brasil; comentamos algumas das concepções de universidade, e a maneira como elas refletem a problemática das universidades; apresentamos algumas das condições sociais que as influenciam; e finalmente abordamos a situação contemporânea da Universidade no Piauí e adiantamos algumas conclusões a respeito do impacto de sua atuação em nosso meio.

Em termos das origens e evolução das Universidades

verificamos na literatura que estes processos têm sido marcados por contradições, cuja solução remete sempre a novos conjuntos de problemas. De onde se pode concluir que os desafios são inerentes e inarredáveis da vida universitária; nossa tarefa é aprender a conviver com eles quotidianamente, encaminhando as soluções possíveis a cada momento histórico, mas abrindo mão da ilusão das soluções definitivas.

Os fatores de ordenação social e política da sociedade contemporânea são obviamente diversos daqueles vividos pelas sociedades do passado. Surgiram e desapareceram inúmeros atores sociais, o peso relativo dos atores varia no tempo, e as universidades influenciaram e foram influenciados em variável grau por todos eles. No momento novas definições de estado, sociedade, conhecimento e cultura problematizam novamente a vida universitária, como já aconteceu muitas vezes no longo passado da instituição. Para estes novos problemas também não há solução definitiva; novas estratégias e alianças devem ser visualizadas, e novos mecanismos de sobrevivência imaginados para que possamos navegar no terceiro milênio. Antigos privilégios corporativos talvez tenham que ser descartados; novas características de relacionamento com a sociedade civil, com o estado, com diferentes níveis de realidade, e com a comunidade internacional talvez tenham que ser criados; novas garantias e direitos talvez venham a ser necessários. Novas necessidades sociais devem ser percebidas e novas mediações estabelecidas. Enfim, os papéis e funções da universidade e de sua comunidade continuam a experimentar o perene processo de redefinição e recriação. E estes são seguramente os nossos melhores desafios, aqueles em que nossa criatividade, inteligência e flexibilidade intelectual poderão mostrar todo o seu poder.

A sociedade contemporânea, baseada em novas tecnologias e na informática, e numa economia que privilegia o setor dos serviços, ao que se soma uma nova perspectiva de organização internacional, tendente à globalização de mercados e da cultura, são fatos que devem ser incorporados às reflexões acadêmicas. A urbanização é um dos fenômenos que muito bem exemplifica a problemática contemporânea: o crescimento continuado das cidades já mostrou os limites da megalópoles; os problemas de violência, de abastecimento, de trânsito,



e de poluição desafiam o planejamento mais cuidadoso. O surgimento de novos atores sociais (menor, mulher, ancião, negro, doente, despossuídos, etc) também coloca problemas novos e exige leituras científicas pertinentes e atualizadas.

Desde as origens da Universidade seus intelectuais têm sido confrontados por algumas contradições, como por exemplo aquelas da remuneração do trabalho docente, as dificuldades de financiamento, e os conflitos de autoridade. As questões de remuneração presentemente se configuram como problemáticas, dado ao caráter de empregado horista ou diarista que muitos dos regimes de trabalho universitários supõem. O professor, que no passado era forçado a procurar os meios de sua manutenção nos benefícios eclesiásticos, agora depende de um contrato de trabalho. O saber, que no passado fora entendido como dom divino, e que portanto não poderia ser objeto de comércio, agora é visto como um dentre os muitos insumos no mercado dos bens simbólicos.

As dificuldades financeiras continuam, mais ou menos agravadas na dependência do projeto cultural implementado pelos poderes centrais. Os estudantes pobres continuam com as mesmas e seculares dificuldades de custear despesas de manutenção, livros e outros materiais, e a perseguir bolsas, alojamentos, alimentação, tendo as mesmas limitações no acesso às carreiras profissionais ao findar os cursos.

Os conflitos de autoridade têm hoje uma nova definição, já que o estado nacional se coloca como o principal gerente e interlocutor dos diversos atores sociais envolvidos no processo do ensino superior. O longo processo da construção da autonomia universitária tem um novo roteiro, envolve múltiplas negociações entre uma diversidade de novos atores, e que, tudo indica, ainda estará em curso no próximo milênio.

O final do século XX veio trazer novos desafios aos intelectuais universitários, a saber, a redefinição daquilo que é o próprio objeto do conhecimento e dos métodos válidos de atingi-lo. A sucessão dos paradigmas demonstra os limites sempre elásticos do saber. Foram superadas as velhas certezas a respeito de como seria o futuro e sua organização econômica e social. Em muitos casos se verificam retornos absolutamente surpreendentes a valores e práticas de irracionalidade.

O conjunto dos fatores acima aludidos faz da universidade contemporânea uma instituição com articulações muito sofisticadas com os diversos modos de organização social, cultural, política e ética da sociedade de nosso tempo. E é só através destes variados tipos de conexão com o social que a Universidade pode atuar como acelerador de transformações tecnológicas, de mudança de atitudes face ao conhecimento e à natureza. Os intelectuais professores, pôr sua vez, têm continuamente redefinido seus papéis e suas relações, seu recrutamento e sua inserção social. Novos tipos de divisão do trabalho intelectual se colocam hoje ao universitário. A superação da especialização exagerada e a procura de interdisciplinaridade como leitura privilegiada colocam novos padrões de interação e comportamento cooperativo, face aos quais é necessário redefinir a mentalidade acadêmica e o próprio sentido de nosso corporativismo.

A informática tem hoje papel transformador, atualizador e conectador semelhante àquele da imprensa no século XV. As possibilidades desta área dificilmente podem ser exageradas. A informatização, mesmo nos países mais atrasados, já atingiu níveis de emprego surpreendentes, dado a juventude da tecnologia. Amplos setores da economia, bancos, bolsas, transportes, comunicações, entretenimento, *media*, estão todos informatizados.

O número de universidades com perfil marcadamente diverso, situadas em situações ecológicas, econômicas e culturais novas (a exemplo do nosso caso) apontam novos desafios de definição de papéis. e a expansão geográfica da instituição, contribuíram para a redefinição e o enriquecimento dos seus modelos originais, o que implicou relações novas com os poderes das cidades, dos estados e da igreja católica. A crise que levou ao nascimento das confissões protestantes no século XVI ampliou ainda mais os efeitos de diversificação, sendo notável o fato que hoje, ao cabo de oito séculos de evolução e funcionamento contínuos, as universidades tenham mantido uma identidade própria, e tenham, principalmente, construído uma perspectiva de futuro que pode ser definida como a da unidade na diversidade. •

O desenvolvimento das universidades extrapolou o âmbito da civilização ocidental, e hoje é uma instituição universal, associada ao

próprio futuro da civilização da humanidade.

Uma outra dificuldade vigente em nosso meio é representada pela maneira como aqui nós entendemos nosso subdesenvolvimento. Continuamos a tentar suprir deficiências por meio de declarações e a manter uma relação mágica com as palavras. Nas coisas da cultura e do intelecto ainda prevalece o improvisado, baseado na ignorância das regras do jogo do saber. A nossa situação em termos de pessoal qualificado e produção intelectual ainda é precária. A imprensa, que teve um notável impacto transformador nas práticas pedagógicas e na própria trajetória da educação na civilização ocidental, ainda se defronta aqui com dificuldades.

Finalmente, se, enquanto professores universitários, alguma satisfação podemos tirar desta breve análise, esta satisfação é que as hipóteses sobre o papel que a universidade teria representado aqui, tais como a ampliação da base social de recrutamento de docentes e discentes, o incremento da articulação ENSINO/CIÊNCIAS e a transformação do conhecimento, de ócio e ilustração, em objeto de trabalho socialmente relevante, parecem sustentáveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <sup>1</sup>BARROS, R. S.M. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986.
- <sup>2</sup>BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- <sup>3</sup>BRANDÃO, Z. *A Crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- <sup>4</sup>CANFORA, L. *A biblioteca desaparecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- <sup>5</sup>DRUKER, P.F. *A sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- <sup>6</sup>FRANCO JUNIOR, H. *A Idade Média e o nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- <sup>7</sup>JANOTTI, A. *Origens da universidade*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- <sup>8</sup>KOURGANOFF, W. *A face oculta da universidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- <sup>9</sup>LE GOFF, J. *Os intelectuais na idade média*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- <sup>10</sup>LIMA, L.C. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: F.Alves, 1983.
- <sup>11</sup>MINOGUE, K. *O conceito de Universidade*. Brasília: Ed.UnB, 1991.
- <sup>12</sup>ORTIZ, R. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- <sup>13</sup>ULLMANN, R.A e BOHNEN, A. *A Universidade. Das origens à renascença*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994.
- <sup>14</sup>VERGER, J. *As universidades na Idade Média*. São Paulo: Editora UNESP, 1990.
- <sup>15</sup>WOLFF, R. P. *O ideal da universidade*. São Paulo: Unesp, 1993.